

Ex.mo Sr. Presidente
da Assembleia República:

REQUERIMENTO N.º 1194/IX (2ª) - AC

Assunto: Reabilitação da Ponte da Barra sobre o Canal de Mira no município de Ílhavo

Apresentado por: Jorge Tadeu Morgado (PSD)

O "Programa do XV Governo Constitucional" (aprovado pela Assembleia da República em 19 de Abril de 2002 e publicado no D.A.R., IX Legislatura, 1.ª Sessão Legislativa, II.ª Série A, suplemento ao n.º 2 de 18 de Abril de 2002) afirma no capítulo relativo às "Obras Públicas e Transportes" que

A conservação e a segurança representam dois aspectos fundamentais dos equipamentos públicos. A primeira porque conduz a economias manifestas e a segunda porque não é tolerável que uma sociedade civilizada não garanta à população a utilização confiante daqueles equipamentos.

O PIDDAC para 2004 inclui a obra "EN 109-7 Reabilitação da Ponte da Barra sobre o Canal de Mira" com uma dotação de € 3.031.115 e € 1.943.885 para 2005, no âmbito da Medida "Conservação e Beneficiação" e do Projecto "Conservação Regular de Estradas e Pontes" do MOPHT/IEP.

Flávio Veloso
26
Chefe de D

Esta Ponte situa-se imediatamente a poente do KM0 do actual IP5, ligando as povoações da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação às praias da Barra e da Costa Nova do Prado, que se situam no Concelho de Ílhavo, numa península que partilham com as praias da Vagueira e do Areão (a Sul, no município de Vagos), também ligadas por pontes à Gafanha da Boa Hora.

A construção da actual Ponte da Barra foi concluída em 1975, estando já há 29 anos ao serviço da população do Município de Ílhavo e de todos quantos visitam as Praias deste Município- Costa Nova do Prado e Barra.

Esta ponte é atravessada diariamente por milhares de cidadãos. Contudo, durante a época estival, a utilização da ponte aumenta exponencialmente, servindo dezenas de milhares de pessoas todos os dias, que se deslocam, normalmente em lazer, às praias anteriormente referidas.

A ponte necessita, objectivamente, de obras de conservação e manutenção, como se poderá comprovar com uma simples observação da mesma e como confirmou a última inspecção efectuada à ponte em 2002/03 pelo ISQ (Instituto de Soldadura e da Qualidade).

No passado dia 28 de Fevereiro esta ponte encontrou-se encerrada ao trânsito durante duas horas, em virtude da junta de dilatação, situada no tabuleiro central da ponte, se ter afastado um pouco mais do que o habitual devido às baixas temperaturas que se fizeram sentir nos dias antecedentes a esse facto, o que provocou uma fissura no alcatrão que, erradamente, tinha sido colocado sobre a referida junta metálica.

Esta movimentação da junta, apesar de normal durante a vida útil das pontes, provocou o pânico e alguma sensação de desconforto na população que habitualmente utiliza esta infraestrutura.

Este sentimento surgiu em virtude do prudente encerramento decretado pelos serviços de protecção civil municipal, embora a análise mais cuidada à fissura no alcatrão tenha provado que a origem da mesma, foi o anormal deslocamento da junta metálica de dilatação, por efeito térmico, num curto espaço de tempo.

Este acontecimento, bastante mediatizado, motivou uma intervenção do Eng. José Catarino – Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estradas de Portugal junto do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo- Eng. Ribau Esteves informando-o que “a empreitada arrancará este ano, algures entre Setembro e Outubro”, conforme este último afirmou ao jornal “Diário de Aveiro”.

Essa obra e ainda de acordo com diversas notícias publicadas na imprensa, prevê o “reperfilamento do tabuleiro, o reforço das longarinas e a reparação das peças de betão degradadas”.

É dever da Assembleia da República zelar pelo efectivo cumprimento do Programa do Governo e dos sucessivos PIDDACs anuais, devendo confirmar junto da tutela e com os instrumentos legais colocados à sua disposição, as



GRUPO PARLAMENTAR

declarações efectuadas por responsáveis da administração pública à imprensa.

Nesse sentido, tendo em atenção o anteriormente exposto e a evidente e urgente necessidade de obras de reabilitação nesta ponte, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao **Ministro da Obras Públicas, Transportes e Habitação** a seguinte informação:

Qual o horizonte temporal previsto para o lançamento do concurso, a sua adjudicação e a execução física da empreitada de “Reabilitação da Ponte da Barra sobre o Canal de Mira”, que também inclui a criação de condições de circulação em segurança para peões e ciclistas?

Palácio de São Bento, 26 de Março de 2004

O Deputado